



RELATÓRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO
REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA



OUTUBRO 2008

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. CONTEXTO HISTÓRICO

- 1.1 A Nigéria tornou-se independente do domínio britânico em 1960. A Nigéria foi um dos primeiros países a aderir ao APRM na Sexta Cúpula da reunião NEPAD SGIC realizada em Abuja, na Nigéria, a 9 Março 2003.
- 1.2 A Nigéria foi avaliada na 9ª Cimeira do Comité de Chefes de Estado e de Governos participantes no Mecanismo Africano de Avaliação pelos pares [Fórum APR] a 29 de Junho de 2008, em Sharm El Sheikh, Egipto, em Junho de 2009.

2. RESUMO DOS RESULTADOS EM QUATRO ÁREAS TEMÁTICAS

Democracia e boa governança política

- 2.1 Nigéria é dotada de uma enorme riqueza de recursos pessoas talentosas, variadas e dinâmicas nas esferas políticos, socioculturais e económicas. Apesar destes dotes, a liderança política da Nigéria ainda tem de resolver os seus problemas de governança democrática e política de forma satisfatória e reconciliar os interesses étnico-regionais conflitantes. Também enfrenta o desafio recorrente de gestão do processo e benefícios do desenvolvimento económico, a fim de assegurar uma distribuição equitativa da riqueza e do crescimento do país.
- 2.2 O país ratificou uma série de importantes tratados internacionais. No entanto, estes tratados devem ser submetidos a complexos procedimentos legislativos federais e estaduais, a fim de se tornar lei. Este é um processo demorado. Adicionalmente, alguns dos importantes tratados, que garantam aos indivíduos liberdades pessoais, ainda têm de ser ratificados. A maioria dos nigerianos não têm conhecimento das convenções internacionais ratificadas pelo governo e, portanto, não podem prosseguir activamente a concretização dos diversos direitos e liberdades garantidas nas convenções.
- 2.3 Na região, a Nigéria tem-se destacado na promoção da solução pacífica de controvérsias na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS). Também tem ajudado a conter conflitos em vários países Africanos, como Angola, Chade, República Democrática do Congo (RDC), Costa do Marfim, Gâmbia, Guiné-Bissau, Libéria, Ruanda, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia e Zimbábwe, para citar alguns. A Nigéria também contribuiu para os movimentos de libertação que levaram à independência dos países africanos como a Namíbia, Moçambique e África do Sul. Na promoção da paz e da coexistência, a Nigéria concorda em cumprir a decisão do Tribunal Internacional de Justiça sobre a longa uma disputa de fronteira com os Camarões sobre a Península de Bakassi, potencialmente rica em petróleo.
- 2.4 Sem prejuízo do anterior, a Nigéria tem sido envolvido em conflitos militares e intra-estadual. A mais notável foi a guerra civil na Nigéria. Esses conflitos foram particularmente responsáveis pelo atraso do surgimento da democracia política e do desenvolvimento económico no país. As principais causas dos conflitos intra-estaduais incluem a generalizada desigualdade social e económica, a distribuição da riqueza (especialmente dos recursos petrolíferos), a intolerância religiosa e a manipulação política e sua representação. Questões de identidade e etnia tem sua própria dinâmica e contribuem para esses conflitos. Na ausência de efectivo sistema de pré-aviso e, a eficácia de e intervenções de resolução de conflitos a nível nacional e interestaduais é limitado.

- 2.5 O regime civil retornou em 1999. A actual Constituição da Nigéria, o alicerce da democracia nigeriana, foi promulgado no mesmo ano. Desde então, a Nigéria realizou três eleições presidenciais e legislativas, respectivamente em 1999, 2003 e 2007. Estes eventos ajudaram a promover a democracia constitucional no país. No entanto, uma excessiva concentração de poder do governo central inibe o verdadeiro federalismo. Os poderes excessivos do executivo assim como o do legislativo e judiciário - um legado do prolongado período de regime militar - restringe a realização prática do princípio da separação de poderes com suas verificações inerentes e seus contrapesos.
- 2.6 Desde 1999, o governo introduziu várias reformas no serviço público. No entanto, estes não tornaram a função pública com resultados efectivos, responsáveis e eficientes. Questões desmoralizadoras, como por exemplo, baixos salários, clientelismo político, uma resposta lenta às mudanças tecnológicas e aos métodos organizacionais modernos, corrupção e indisciplina caracterizam a função pública. Isto resultou no declínio da competência, responsabilidade, eficácia e produtividade. Estratégias multifacetadas são necessárias no sentido da uniformização e da adopção de apropriadas políticas de desenvolvimento de funcionários, que são essenciais para o desenvolvimento de um serviço público profissional e efectivo.
- 2.7 A corrupção é endémica em todos os níveis da sociedade e tem sido descrita como um modo de vida na Nigéria. A Comissão de Crimes Económicos e Financeiros (EFCC) e o Independente Práticas de Corrupção e Outros Relacionados Comitês de Corrupção (ICPC) estão activamente envolvidos no combate à corrupção. Contudo, não dispõem dos necessários recursos e por vezes são vistos como sendo influenciados pelo executivo. A corrupção, especialmente o uso do dinheiro na política, dificulta enormemente o desenvolvimento da democracia constitucional na Nigéria e mina os princípios da boa governança.
- 2.8 A Nigéria é uma das partes pertencentes à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW). As mulheres Nigerianas, como qualquer mulher na maioria das sociedades tradicionais em África, são, no entanto discriminadas e marginalizadas por causa de práticas culturais prejudiciais e crenças. Women are largely underrepresented on elective and non-elective decision-making bodies at federal and state level. Isto apela para uma medida de acção afirmativa ainda não foram cumpridas. A acção afirmativa terá de percorrer um longo caminho para garantir a inclusão de uma quantitativa e qualitativa competência e a participação das mulheres na vida pública e fóruns de tomada de decisão. Permitiria que as questões das mulheres fossem colocadas na agenda nacional de desenvolvimento.
- 2.9 A Nigéria assinou a Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC), mas os direitos das crianças ainda não estão bem estabelecidos. Apenas 18 dos 36 estados têm até agora implementada a Lei dos Direitos da Criança. Há prevaletentes práticas tradicionais que violam os direitos das crianças. Estas incluem a mutilação genital feminina (FMG) e casamentos precoces forçados. Outras questões de preocupação incluem as altas taxas de mortalidade neonatal e infantil, tráfego de crianças, estupro e assédio sexual, trabalho infantil, as crianças que vivem nas ruas, a falta de educação de qualidade e a desigualdade de género. Há necessidade de programas holísticos e multissetoriais no relacionado como abordagem na situação das crianças.
- 2.10 O cuidado a ter com grupos vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência e os pobres, tem em grande parte sido da responsabilidade das famílias, com pouca intervenção do governo. A Nigéria assinou, mas ainda não ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (PCD). Como resultado, os direitos das PWD estão adequadamente protegidos e, em vários estados, promovidos a nível federal. A maioria não tem falta da política

necessária, quadros institucionais e de recursos adequados para proteger PWD. Não há nenhuma lei actual ou política que aborde especificamente os direitos dos PWD. Na Nigéria há pessoas intrinsecamente desalojados e refugiados, mas os serviços são inadequados. A sua acessibilidade aos tribunais é pobre, e os campos de refugiados estão superlotados. A Nigéria é instada a desenvolver estruturas legais e políticas para proteger os direitos de grupos vulneráveis.

- 2.11 Desde 1999, a Nigéria tem feito grandes progressos na construção de uma sociedade democrática. No entanto, ainda são necessárias várias iniciativas, para consolidar o que alcançou até agora. Revendo a Constituição para abordar a supremacia da gestão, encarando a crise do Delta do Níger, confrontando distribuição desigual de recursos, redefinindo o papel dos líderes tradicionais, o combate à corrupção, despolitizar o serviço civil e constitucionalização de acção afirmativa para todos os grupos vulneráveis, são áreas que necessitam uma urgente acção.

3. Governança e Gestão Económica

- 3.1 A Nigéria é um país de paradoxos. O país tem o potencial para construir uma economia próspera, para reduzir a pobreza de forma significativa, e para fornecer os serviços sociais e económicos básicos às necessidades da sua população. No entanto, 29 anos de desgoverno militar, políticas erráticas e distorcidas, a dominância do sector público na produção e consumo, e a corrupção desenfreada e a volatilidade de preços deixaram o seu rastro no potencial de desenvolvimento do país. Deixaram o país com alta incidência de pobreza, altas taxas de desemprego, infra-estrutura deficiente, baixas taxas de crescimento e insegurança generalizada e criminalidade.
- 3.2 A Nigéria é o maior produtor de petróleo na África e o sétimo maior do mundo. Suas reservas de petróleo estão estimadas em 36,2 bilhões de barris. Novos poços de petróleo estão continuamente a ser descobertos. Está-se há espera que as reservas aumentem até cerca de 40 bilhões de barris. Consequentemente, a força económica do país deriva em grande parte de sua riqueza em petróleo e gás. Este sector, em 2006, contribuiu 95 por cento das receitas de exportação, 78 por cento das receitas do governo, e 21,93 por cento do produto interno bruto (PIB). Outros sectores de contribuições para com o PIB em 2006, foram a agricultura (32,5 por cento), por grossistas e retalhistas (13,5 por cento), indústria (excluindo petróleo) (2,9 por cento) e outros sectores (1,5 por cento).
- 3.3 A importância crescente do petróleo trouxe consigo muitas vantagens. Estas incluem: excedentes significativos sobre a conta corrente do balanço de pagamentos, permitindo assim ao país aumentar as suas reservas estrangeiras e reduzir sua dívida externa; aumentos na receita fiscal do governo, que fornece a possibilidade muito necessária para gerir o orçamento; e aumento da liquidez no sector financeiro, facilitando assim as extensas reformas, consolidação e racionalização. No entanto, a excessiva confiança também teve uma série de desvantagens. Estas incluem: negligenciar outros sectores importantes da economia, como a agricultura e produção; aumentar a vulnerabilidade do mercado de petrolífero a choques externos; negligenciar o recolher e administrar outras formas de tributação; e consequências ambientais negativas.
- 3.4 Como anteriormente mencionado, a administração Obasanjo, que restaurou o regime democrático em 1999, tomou medidas ousadas para a reabilitação económica através do programa de reforma económica NECESSIDADES. Esta estratégia foi destinada a acelerar o crescimento económico, reduzir a pobreza e alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). NECESSIDADES consolidou-se ainda mais pelo actual governo, através da

- introdução de uma agenda de sete pontos para o desenvolvimento da Nigéria no contexto de uma visão mais ampla, chamada Visão 2020. Esta visão é a de posicionar o país como uma das 20 economias mais desenvolvidas internacionalmente em 2020.
- 3.5 Estas reformas têm tido bastante sucesso na reversão de desequilíbrios macroeconómicos a partir de qual Nigéria sofreu durante a maioria do período de desgoverno político. Indicadores macroeconómicos do país mostram melhorias significativas. Houve um modesto crescimento do PIB e a inflação é menor. O crescimento real do PBI em 2006 foi estimado em 5,67 por cento, e a inflação baixou para 8.2 por cento de cerca de 18 por cento em 2005. Também tem havido progresso nas áreas dos sectores de reforma financeira, gestão da dívida, e acumulação de reservas de moeda estrangeira, a estabilidade da taxa de câmbio, e a luta contra corrupção. Não obstante estes desenvolvimentos positivo, a economia Nigeriana é ainda confrontada por desafios muitos grave.
 - 3.6 Só existia informação oficial insuficiente para permitir que fossem documentadas as datas da assinatura, adesão e ratificação da economia do governo, normas de gestão e códigos. No entanto, foi verificado que a Nigéria tem adoptado a maioria das normas e códigos relevantes para a sua adesão ao Fundo Monetário Económico (FMI) e ao Banco Mundial. Incluem a adopção de Orientações para a Gestão da Dívida Pública, o Código da Boa Conduta sobre Transparência em Políticas Monetária e Financeiras, os Princípios Fundamentais para Garantir uma Supervisão Bancária Eficiente, e a FMI de Código da Boa Conduta em Transparência Fiscal.
 - 3.7 As actuais políticas macroeconómicas estão a ser dirigidas pelas estruturas NECESSIDADES. Estas, a curto prazo, visam a estabilização da economia, a médio prazo, o alcançar do equilíbrio interno, e entre o médio e longo prazo, a mover a economia em direcção a atingir equilíbrio externo. A Gestão macroeconómica é dirigida para alcançar um alto crescimento sustentado não inflacionista. O programa de reforma recebeu um impulso significativo em Dezembro 2006 quando o IMF foi revisto e foi aprovada um Instrumento de Política de Apoio (PSI) de dois anos para a Nigéria. O PSI destina-se ao ajudar o governo a manter políticas macroeconómicas prudentes, fortalecer instituições financeiras, e criar um meio Ambiente conducente para um desenvolvimento robusto do sector privado.
 - 3.8 O governo tem tentado conter o défice de orçamento ao limitá-lo para não mais do que 3 por cento do GDP, e reduzindo a inflação das taxas para níveis de um único dígitos. Além disso, a governo estabilizou a taxa de câmbio, aumentou as reservas externas para cerca de US \$ 40 bilhão em 2006, e registou um forte crescimento económico em 2005 e 2006 de pouco mais de 6 por cento. Isto inclui um grande crescimento no sector não petrolífero de cerca de 8 por cento. A dívida pública também tem sido mantida a níveis sustentáveis desde que foi obtida a ajuda através da Iniciativa Multilateral de Redução de Dívida Iniciativa (MDRI). Isto melhorou enormemente a classificação de crédito da soberana Nigéria.
 - 3.9 Apesar destes desenvolvimentos positivos, a política macroeconómica continua restrita devido a uma baixa base tributária. Isto foi causado por um excesso de evasões fiscais, o lento progresso na diversificação da economia, o elevado nível de desemprego, e a vulnerabilidade a choques e insegurança (principalmente dentro do sector do óleo). Além disso, o sector privado enfrenta desafios de altos taxas de juros, uma baixa infra-estrutura física, e um complexo meio ambiente institucional e administrativo.
 - 3.10 Implementação de políticas governamentais têm de se tornar cada vez mais abertas, e transparente previsível. Isto deve-se principalmente à adopção do Quadro de Despesas a Médio-Prazo (MTEF), a Estratégia do Sector a Médio-Prazo (MTSS) e a Estratégia Fiscal para redução da Pobreza. O orçamento também se tornou mais acessível a público.
 - 3.11 Progressos significativos foram feitos no fortalecimento do quadro jurídico e institucional para uma gestão sólida das finanças públicas. A introdução do MTEF; a Dinheiro Comité de Gestão (CMC); a fórmula de repartição de receitas entre o governo Federado, Estado e governos locais; e as melhorias no processo de aquisição têm em grande parte fomentado a sólida gestão das finanças públicas. No entanto, o desempenho a níveis do estado e do governo ainda permanece inadequada.

- 3.12 Na Nigéria, a corrupção e a fraude são desenfreadas e continuam a preocupar a maioria das partes interessadas. As incidências na corrupção e a lavagem de dinheiro em sectores públicos são considerados como muito elevados. Combater estes males económicos parece ter sido uma prioridade para o governo federal desde 1999. Isto é mostrado pela introdução de numerosas reformas legislativas e iniciativas para combater a corrupção e lavagem de dinheiro. Contudo, as agências anticorrupção são dificultadas pela capacidade significativa das restrições a eles implementadas na luta contra este problema efectivo. Ainda permanece o desafio de levar esta guerra de anticorrupção ao Estado e governos locais.
- 3.13 Nigéria aprecia o papel crítico que desempenha para promover as integrações regionais na promoção do comércio, competitividade internacional e no desenvolvimento. A sua participação na ECOWAS, a UA e NEPAD parece de igual importância para alcançar este objectivo. O desafio continua a progredir mais rapidamente para integração total, especialmente em alguns das metas da ECOWAS.
- 3.14 Nigéria tem, sem dúvida, um progresso significativo na as áreas de estabilização e crescimento macroeconómico desde 1999. Contudo, continuam a existir desafios. O Painel do APR recomenda que a Nigéria consolide os seus esforços na diversificação da economia assim com a reduzir o impacto dos choques, a incentivar o desenvolvimento liderado pelo sector privado, para melhorar infra-estrutura, para criar um meio Ambiente conducente para o desenvolvimento do negócio, para reduzir o desemprego juvenil, para racionalizar e transformar os serviços civis, e para combater corrupção mais decisiva e agressivamente.
- 3.3 Governança Corporativa**
- 3.15 O grande tamanho da Nigéria, os abundantes recursos, a enorme população, as fortes bases de recursos humanos e o significativo tipo de rendimentos sugere que haveria oportunidades para o desenvolvimento do sector privado. No entanto, como é o caso com muitos países Africanos, a Nigéria tem problemas sistémicos do governo e restrições de capacidade. Estes problemas têm conduzido a Nigéria a uma transformação económica e crescimento limitado. A economia Nigeriana não é muito competitiva. Isto é caracterizado de uma grande informal economia, níveis altos de desemprego, o alto custo de fazer o negócio e significativa capacidade ociosa, entre outras coisas. Apesar de uma base rica de recursos, a Nigéria tem a terceira maior concentração de pessoas pobres no mundo.
- 3.16 Nigéria declarou inequivocamente o seu compromisso para o capitalismo empresarial livre. No entanto, a sua fiabilidade na distribuição recursos em vez da criação riquezas, minam o crescimento no sector privado. De acordo com NECESSIDADES, o sector privado é dominado de uma quantas grandes multinacionais que em grande escala dependem das importações. Operam em grande parte como enclaves e não tem relação com o grande número de pequenas e média empresas (PME) ou com o grande número do sector informal no país. O desfecho é claramente a procura de renda e cultura improdutivo de dependência excessiva sobre o patrocínio do governo e os contractos. A criação da riqueza sustentável será dificultada, e o alívio pobreza impossível, a menos que seja feita uma melhoria na governança empresarial.
- 3.17 Existe uma consciência cada vez maior que há necessidade de aquele enfrentar as fracas medidas de governação, tanto nos sectores públicos como nos privados na Nigéria, especialmente na economia. Acções específicas foram dirigidas para a melhoria da gestão do sector público e para o combate à corrupção. Sobras Esforços também estão a ser feitos para melhorar a qualidade das infra-estrutura físicas e económica. Como parte desta iniciativa, o Comité de Governança Empresarial das Empresas Públicas na Nigéria (CCGPCN) foi formado em 2003. O seu mandato é identificar deficiências na prática da governança empresarial na Nigéria, e para executar as alterações necessárias que irão melhorar as práticas da governança empresarial no país.
- 3.18 O CCGPCN desenvolveu o Código de Governança Empresarial da Nigéria. O objectivo do código é o de inculcar os princípios de governança empresarial consagrada nos padrões internacionais, especialmente para as directrizes da Organização para a cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), e os relatórios da Cadbury e Kings. Além disso, a Comissão de Títulos e Câmbios (SEC) tem um código de conduta para operadores e funcionários do mercado de

capital. Novos códigos de conduta estão também a ser desenvolvido para aumentar e complementar os já existentes na sequência da consolidação verificada no sector bancário. Apesar dos progressos realizados, os problemas da governança corporativa ainda não estão regularizados no que diz respeito à Nigéria - só 40 por cento das empresas aproveitaram os disponíveis códigos de governança empresarial. Ainda existe muito a ser feito para alcançar aderência estrita dos códigos, padrões e princípios internacionais.

- 3.19 Os constrangimentos principais para a boa governança empresarial na Nigéria incluem regimes jurídicos incompatíveis, estatutos desactualizados, e a ausência de sua aplicação eficiente e adequada na implementação das Leis existente. Além disso, a implementação é geralmente ineficaz. As Leis que regem as operações de negócios na Nigéria revelam muitas lacunas legislativas. Isto sugere que a maioria delas necessitam ser actualizadas. É de notar que o código penal não reconhece a corrupção como um crime. A Lei de Empresas e de Questões Relativas (CAMA) necessita ser alterada, particularmente com que diz respeito às penalidades por violação. A Legislação no que diz respeito à denúncia de irregularidades, liberdade de informação e consumidores também não foi promulgada, e o processo legislativo é prolongado.
- 3.20 O CRM também verificou problemas com a resolução de disputas comerciais. O sistema judicial normal não é adequado para servir como recurso principal de pessoas de negócios. Gravação arcaico e sistemas de arquivo resultando em acumulação de casos, particularmente a nível do Estado. No mercado de capitais as disputas são julgadas pelos investimentos e Títulos de Investimentos do Tribunal (IST), um corpo independente com o mesmo estatuto que o Tribunal Supremo. No entanto, a capacidade das necessidades do Tribunal necessita melhorar no que diz respeito do à sua jurisdição e mandato, e em termos humanos e tecnológica.
- 3.21 Existem fraquezas na supervisão das funções. Elas incluem a sobreposição de atribuições de regulamentação e jurisdições contraditórias. Uma questão relacionada é tributação múltipla, devido diferentes níveis de mandatos do governo não estarem devidamente reconciliados e demarcado em algumas áreas em relação a licenciamento e registo de empresas. Há necessidade de aumentar a supervisão da estrutura jurídica, entre outras, o mercado de capitais, benefícios e segurança da aposentadoria, os sectores do meio ambiente e energia. Outros problemas estão relacionados com questões políticas e interferência com a autonomia do os órgãos de supervisão. O CSAR também identificou uma alarmante falta de capacidade e falta de habilidades adequadas para regulamentar supervisão.
- 3.22 Como parte do esforço para reposicionar a economia e acelerar o processo de crescimento e desenvolvimento, a Nigéria embarcou num dos maiores programas de privatização em África. Mais de 100 empresas públicas foram orientadas a transferir-se para o sector privado em cerca de 14 sectores da economia. Nelas estão incluídos os sectores de electricidade, óleo e gás, telecomunicações e transporte. Outro dos esforços da Nigéria para promover o investimento inclui o uso de incentivos fiscais como imposto de férias, deduções e concessões. O país também fez novo projecto de Processamento da Exportação da Nigéria pelas Autoridades Competentes (NEPZA) e O Conselho Nigeriano de Promoção à Exportação (NEPC) para efectivamente promover as exportações. Além disso, a Nigéria estabeleceu ainda um Centro Único de Investimento (OSIC), outra iniciativa principal para promover o investimento. O OSIC pretende encurtar e simplificar os procedimentos administrativo de emissão, aprovações de negócio, autorizações e licenças, e para sociedades incorporadas. Treze agências participam agora no OSIC.
- 3.23 **Despite these initiatives, investment is constrained by poor infrastructure, especially in roads and electricity supply. Poor policy implementation limits access to funds, and capital is expensive. The business environment needs to be improved in terms of security of life and property. Festering political instability, kidnapping and the taking of hostages in the oil-producing Niger Delta region, together with contract killings (with fruitless investigations by the police) are particularly worrying.**
- 3.24 Key developmental challenges are how to deal with the large and expanding informal sector, and how to boost the growth of SMEs, whose problems include access to finance and shortage of skills. The Central Bank of Nigeria (CBN) undertakes a number of development activities through programmes such as: the Agricultural Credit Guarantee Scheme; the

Commodity Surveillance Programme; the micro financing scheme; the Small and Medium Enterprises Equity Investment Scheme (SMEEIS); the Refinancing and Discounting Scheme; and the Agricultural Credit Support Scheme. However, efforts to improve access to funding by the informal sector should go beyond creating institutions. They should focus on improving the effective implementation of existing statutes and schemes so as to enable SMEs to access funding effectively, and to foster an enabling environment for their operations.

- 3.25 Economic and financial crimes, such as advance fee fraud ('419')⁶ and money laundering, have had severe consequences for Nigeria, including impacting on the foreign direct investment (FDI) flows to the country due to a lack of investor confidence. Fighting these crimes is done mainly through laws such as the Corrupt Practices and Other Related Offences Act, the EFCC (Establishment) Act, the Money Laundering Act and the Money Laundering (Prohibition) Act. These laws contain comprehensive provisions prohibiting the laundering of the proceeds of a crime or an illegal act. They also provide appropriate penalties. However, observers believe that implementation is ineffective. Nigeria continues to be hampered by systemic corruption and its debilitating ancillaries – bribery, graft, advance fee fraud and nepotism. In order to improve the situation, it is important to ensure that all necessary safeguards, including whistle-blower protection, be put in place. This will help to expose unethical and corrupt business practices. The media also have a role to play as a watchdog. However, this oversight function in the public interest has been ineffectively exercised due to the political patronage of the media and limited expertise in investigative and feature reporting.
- 3.26 Nigeria is making increased demands on big business organisations for greater social responsibility. Stakeholders believe that corporations are not doing enough in terms of social investment. The awareness and implementation of corporate social responsibility (CSR) are generally poor on the part of both corporations and would-be beneficiaries. Corporations' understanding of good corporate citizenship and CSR is largely based on philanthropic and altruistic notions. Much of the CSR focus in Nigeria tends to be on multinationals and the big oil-producing companies. However, SMEs and other home-grown companies can also play an active role in sensitising communities and advocating for CSR. There are, however, perceptions that NGOs, community-based organisations (CBOs) and CSOs are weak, lack internal democracy, and show limited transparency and accountability. Public-private partnerships, as vehicles for development, are not used enough in Nigeria.
- 3.27 Nigeria was the first African country to sign up for the Extractive Industries Transparency Initiative (EITI) in 2003. The Nigerian EITI is aimed at due process and achieving transparency in payments by extractive industry⁶ Advance fee fraud (commonly called '419', referring to Article 419 in chapter 38 of the Nigerian criminal code that deals with fraud) is a financial scam that persuades people to advance large sums of money in the hope of making a significantly larger gain. It essentially deals with fraud committed with the aid of fake claims, identities, and positions and, in most cases, for attractive but nonexistent proposals. Companies in their dealings with the government and government-linked entities. The first comprehensive and independent financial, physical and process audits of the Nigerian oil and gas sectors, covering the period 1999–2004, were finalised in April 2006. The audits found that there is scope for making greater use of information technology (IT) systems to improve controls and eliminate inconsistencies arising from duplicated information, and that transparency could be improved by a wider sharing of data.
- 3.28 Nigeria is confronted by the negative environmental consequences of oil production. Nigeria also experienced a population explosion which, along with a lack of environmental regulation, has caused substantial damage to Nigeria's environment, especially in the Niger Delta region.

- The population explosion, especially in Lagos, has put tremendous pressure on city government resources. Nigeria faces environmental challenges arising from desertification and severe air pollution in overcrowded cities such as Lagos. Despite the regulatory environmental framework that exists, there are persistent concerns that not enough is being done to sensitise companies and communities on environmental issues.
- 3.29 The labour laws of the country are considered sufficiently strong, although there are substantial challenges regarding implementation. Poverty and unemployment are very acute. They effectively make implementing the minimum wage law an unattainable goal. Safety in the workplace is also questionable. Corporate employers commonly fail to extend to women their rights under labour laws. Child labour is outlawed, but the laws are breached more often than they are effectively implemented. Other relevant labour issues needing attention include the casualisation of staff, poor access to information by employees, sexual harassment, gender discrimination, and inadequate workplace policies on the Human Immunodeficiency Virus (HIV) and Acquired Immune Deficiency Syndrome (AIDS).
- 3.30 Nigeria's film industry – Nollywood – is part of the emerging knowledge economy in Africa. In order to protect its artists, Nigeria became an enthusiastic subscriber to the international convention protecting intellectual property. However, as with most governance issues in Nigeria, subscription and effective implementation tend to diverge. The CRM was informed of various instances of piracy and copyright infringement, including books. It is important for Nigeria to enhance and strengthen its intellectual property rights regime in order to help expand its new creative industries, such as Nollywood.
- 3.31 Of the 20 million Nigerians who own shares in public and private companies, many are minority shareholders who are ignorant of their rights. Shareholder associations and institutional investors should step up efforts to ensure that the interests of all shareholders are protected. The apparent excessive fragmentation of the shareholders' voice does not augur well for a sustainable institutional framework.
- 3.32 The auditing regime in Nigeria is not robust. International auditing standards do not exist in the country. Auditors are advised to follow the International Standards on Auditing, although this is not mandatory. There is inadequate adherence to auditing standards and professional ethics. Furthermore, ethical codes for auditors in Nigeria are not consistent with international standards. Nigerian accounting firms are not precluded from providing auditing and consultancy services to the same client, thereby creating potential conflicts of interest. The mechanisms for enforcement and compliance at the Corporate Affairs Commission (CAC) are very weak, and penalties are often out of date. Most companies do not comply with the requirement to file a copy of their audited statements and directors' reports. The CAC, however, rarely applies any sanctions.
- 3.33 The level of governance which exists today in Nigeria provides an inadequate check on boards of directors. Many Nigerian companies have failed in the areas of disclosure and transparency. Corporate governance abuses have seen insiders strip companies of their assets by various means. Directors have also sometimes failed to perform their fiduciary duties to protect the company's assets and interests. There are instances of inaccurate, sometimes deliberately misleading, reports by companies. These understate profits in order to evade tax liabilities, and overstate the financial viability and liquidity of corporations in order to sustain investor confidence unjustifiably, even when the corporations are failing. There was general agreement among participants that the incidence of quacks – unqualified people who claim knowledge and other skills in their field – in some professions (in particular insurance brokering)

may not be the exception. Quacks and violators tend to be protected by 'godfathers' and the prevailing culture of impunity.

3.34 Merit as a standard for appointing directors in the public sector is low compared to the private sector. Corporations in the public sector are influenced largely by current political trends, combined with geographical zoning. The managers of many listed companies do not establish organisation and support functions for monitoring and organising, or for briefing staff on, and notifying them of, corporate policies and procedures. Weaknesses in strategic management typify the situation in the Nigerian corporate sector. More women should also be promoted to leadership and Strategic positions in corporations.

3.4 Socioeconomic development

3.35 Nigeria is a country of extreme paradoxes, with widespread and endemic poverty in the midst of plenty. The country is richly endowed with human and natural resources, particularly oil and gas. There are also many mineral deposits like coal, gold and sulphur. With a real GDP of US\$58.4 billion and a population of about 140 million, Nigeria is one of the four largest economies in Africa and by far the continent's most populous country. Despite this rich human and resource endowment, Nigeria's per capita GDP is only about US\$752. Poverty is widespread, with about 54 per cent of the population living on less than US\$1 per day.

3.36 Despite a plethora of development policies and programmes, Nigeria's level of economic development over the past four decades has been disappointing. The country's economy is still dominated by the primary production sector. Agriculture, which is predominantly the domain of peasants with low and declining productivity, accounted for 42 per cent of GDP, followed by crude oil (22 per cent). The secondary sector, especially manufacturing, has stagnated at between 3.7 per cent and 3.8 per cent of GDP. This makes Nigeria one of the least industrialised countries in Africa. Chapter 4 shows that the dominance of crude oil has brought in its wake increased vulnerability to volatile commodity prices. This, in turn, has had far-reaching consequences for stability and socioeconomic development.

3.37 Not surprisingly, Nigeria ranks low on human development indices. In its Human Development Report for 2007/2008, the United Nations Development Programme (UNDP) ranked Nigeria at 157th out of 177 countries – down from 148th out of a total of 173 in 2003. The country's human development index of 0.453 in 2005 is lower than the average index for sub-Saharan Africa (0.515), although it is slightly above the average for ECOWAS countries (0.434). With 78 per cent of the population living in rural areas, the rural poor are the largest segment of the poor. They suffer greatly from inadequate public service delivery.

3.38 In an attempt to address the numerous challenges facing the country, especially the high poverty levels, the federal government has come up with NEEDS, one of the most comprehensive strategies to combat poverty and stimulate growth in Africa.

3.39 The preparation of NEEDS was followed by the state version, called the State Economic Empowerment and Development Strategy (SEEDS). From 2006 onwards, in consonance with the national and state equivalents, local governments developed the Local Economic Empowerment and Development Strategy (LEEDS) with the support of donors (including the UNDP).

3.40 Within the framework of NEEDS, Nigeria has devised a number of programmes to fight poverty. The most notable of these is the National Poverty Eradication Programme (NAPEP). The programme is expected to achieve the goals of NEEDS in line with the MDG of halving the number of people living in extreme poverty by 2015. The programme hopes to do so by increasing the

- demand of the poor for education and basic health, and by encouraging them to engage in income-generating activities.
- 3.41 Despite the reported decline in poverty to 54 per cent, Nigeria's economy is struggling to use the country's vast wealth in fossil fuels as a way of reducing the endemic poverty that affects many people. A large number of Nigerians are trapped in long-term poverty that is passed from generation to generation. Economists refer to the coexistence of vast natural wealth and extreme personal poverty in developing countries like Nigeria as the 'resource curse'. The country also appears to lack guidelines for measuring poverty.
- 3.42 Agriculture, the main source of livelihood, is neglected despite Nigeria's vast amount of arable land. Although the CRM acknowledges the recent efforts that the federal government has made to promote agricultural development, such as providing training in farming skills at 21 centres, a lot more needs to be done to modernise agriculture.
- 3.43 Although Nigeria, as part of the international community, has committed itself to achieving the MDGs, including the commitment to halve poverty by 2015, the results are erratic. According to the 2004 progress report on MDGs, Nigeria has progressed towards achieving several goals but has fallen short on others. Specifically, Nigeria has made modest progress in providing universal primary education, protecting the environment and developing a partnership for global development. However, the country lags behind in eliminating extreme poverty and hunger, reducing child and maternal mortality, and combating diseases like HIV, AIDS and malaria.
- 3.44 Nigeria adopted free universal primary education as a national policy in the 1970s. This led to a massive increase in primary-school enrolments. In line with the NEEDS policy objectives, the government has recently undertaken structural and institutional reforms to enhance service delivery. The government introduced universal basic education (UBE), under the Compulsory, Free, Universal Basic Education Act of 2004, to revise universal primary education. Although UBE is tuition-free, the high cost of school-related expenses and the costs to parents (particularly their labour) of sending children to school are keeping many school-age children out of school.
- 3.45 Nigeria's health care system also faces many challenges and constraints in providing quality health care to all Nigerians, especially the unemployed and the poor. The National Health Insurance Scheme (NHIS) cover appears to be largely exclusive. This contradicts its stated objectives. The cover provides mostly for the health care needs of the formally employed. Consequently, it excludes the majority of Nigerians who are either unemployed or work in the informal sector. The health sector is characterised by a low life expectancy of 46.5 years, along with a high incidence of tuberculosis (TB) and malaria.
- 3.46 The APR Panel contends that the endemic poverty and poor service delivery in Nigeria can be explained by a number of factors. These include: lack of strong political will; lack of monitoring and evaluation mechanisms; weak political, civic and administrative leadership; endemic corruption at all levels of government and within the society at large; and the lack of an entrenched participatory approach to development. All of these are significant in explaining Nigeria's paradox of poverty in the midst of plenty.
- 3.47 The lack of effective policy and programme implementation is further compounded by a lack of necessary skills among government officials. This has been aggravated by the fact that the government appears to be remote from the civilian population.

- 3.48 Nigeria has ratified and implemented some international standards and codes. This is highly commendable. However, it has been difficult to find evidence of the standards and codes that have been signed by Nigeria, and when and whether they have been ratified and implemented. The main reason is that the federal Ministry of Justice, which is responsible for documenting these conventions, has incomplete records. This suggests that there are serious organisational problems associated with official record-keeping in Nigeria.
- 3.49 Public awareness of the standards and codes also appears to be very low. The CSAR reports that knowledge of Nigeria's adoption and implementation of these standards and codes appears to be limited to the elite and to decision makers.
- 3.50 Nigeria's National Gender Policy aims to integrate women fully into all areas of life through the principle of equality. However, minimal progress has been made towards promoting the gender equality that might have been expected from Nigeria's ratification of CEDAW in 1985. There has been some affirmative action to increase the proportion of women holding office in the federal government and to increase the proportion of girls in schools. However, gender gaps still remain unacceptably high in both cases. One major reason for this is that the National Gender Policy has failed to achieve its main and preliminary goal of incorporating CEDAW into federal and state laws. Other obstacles to the policy are deeply embedded cultural and religious beliefs and practices. On a positive note, there are a number of small CSOs that are implementing programmes in areas like FGM, vesico vaginal fistula (VVF) and early marriages. They are also providing support for widows and schooling for girls.
- 3.51 Participatory measures have been reintroduced into Nigeria since the return to a democratic dispensation in 1999. However, much of the participation in budgeting and development planning has tended to be at the level of the elite. This has created a strong public perception that government's allocation of public funds lacks transparency. It appears to be unduly influenced by factors like 'god fatherhood', corruption and political influence. Also, the broad-based participation envisaged in NEEDS has not been sufficiently realised at the state and local levels of SEEDS and LEEDS. Overall, inadequate stakeholder participation in the development process is a serious and fundamental limitation to democratic governance in Nigeria.

4. GOOD AND BEST PRACTICES

Democracy and good political governance

- *Nigeria's role in conflict resolution and peacebuilding, particularly in the West African sub region.* Nigeria has shown strong and committed leadership in the ECOWAS Monitoring Group (ECOMOG), and has been active in resolving conflicts in countries such as Liberia and Sierra Leone, to name but a few. Nigeria's strong and committed leadership in this regard has been strengthened by supplying the necessary military personnel and other logistical assistance.
- *The Council of the State is an innovative structure. It offers a forum* to provide nonpartisan advice to the chief executive of the federation on sensitive and divisive issues like conflicts, the distribution of national wealth, and state aspirations against federal hegemony. A key feature of the Council of the State is its broad-based composition. It incorporates the elite leadership of Nigeria and includes, *inter alia*, all former presidents, chief justices, and Senate presidents, speakers of the House of Representatives,

governors and attorney generals. This makes its decisions generally credible and acceptable to the people.

- The *Federal Character Principle* is a constitutional principle aimed at promoting national unity and ethnic equality. It commands national loyalty, thereby safeguarding the multiethnic and federal character of the nation. It ensures that no states, ethnic or other sectional groups will predominate in the government or any of its agencies.
- *President Yar'Adua's declaration and publication of assets as a signal of commitment to good governance.* President Yar'Adua adhered to constitutional requirements and declared his assets and liabilities to the Code of Conduct Bureau (CCB). He went beyond the call of duty and made his declaration public in order to fulfil a campaign pledge to the people of Nigeria
- The *National Agency for the Prohibition of Trafficking in Persons (NAPTIP)* collaborates with security agencies in order to play a key role in the arrest and prosecution of human traffickers.

Economic governance and management

- *Technical Aid Corps (TAC) programme.* Established in 1987, the Nigerian TAC is a foreign policy instrument designed to provide manpower assistance in all fields of human development to underdeveloped and developing countries in the southern hemisphere. It is one of Nigeria's contributions to effective cooperation in socioeconomic development among African, Caribbean and Pacific (ACP) countries. It is currently the only volunteer service operated by an African country, which challenges the widely held view that African countries only get aid and do not provide it. The TAC has therefore enhanced the existing relations between Nigeria and beneficiary countries. On a wider scale, it has created an atmosphere of partnership where it would otherwise not have existed.
- *Bank consolidation and financial-sector reforms.* In order to redress the weaknesses in the subsector, the CBN embarked on a comprehensive bank consolidation programme. This has resulted in the Nigerian banking sector becoming more sound and competitive. Indeed, 20 out of the 25 Nigerian banks were in the top 100 banks in Africa in 2006, and 17 Nigerian banks were in the top 1,000 banks in the world. There were none in 2005.
- *Efforts to improve public finance management by introducing due process in procurement.* Since the return to democratic rule in 1999, the government of Nigeria has introduced several reforms aimed at strengthening public expenditure management. They include introducing higher levels of transparency and accountability by establishing the Budget Monitoring and Price Intelligence Unit (BMPIU).
- *Establishment of the EFCC and ICPC to enhance efforts to tackle corruption.* By 2007, the EFCC had investigated and successfully brought to court several cases of corruption and cases of money laundering. It recovered significant amounts of public money.

Corporate governance

- *EITI.* Nigeria is the first African country to adopt the EITI. This calls for independent audits of oil and gas sectors in order to promote a culture of transparency and accountability for oil and gas companies on the one side, and for government on the other. In addition, Nigeria has passed legislation to enhance the operation of this initiative in the country

Socioeconomic development

- *Gender empowerment.* Efforts to promote affirmative action in Kebbi State include: appointing more women to positions of leadership; building more schools and providing free education at primary and secondary-school levels; establishing community-based centres for school dropouts caused by early marriages; building special hospitals for women and children; raising awareness on HIV and AIDS; making efforts to pass legislation relating to violence against women; and undertaking various initiatives for economic empowerment, including the granting of loans and skills training.

5. OVERARCHING AND SPECIAL ISSUES

- 5.1 The CRM for Nigeria has identified certain issues that require further attention. These issues are grouped into two categories.

Overarching issues are those matters that have been identified in more than one area of governance. They require a holistic approach in view of the wider impact that they have on the quality of governance in the country.

Ten overarching issues were identified for Nigeria:

- Managing diversity and promoting nation building within the framework of the federation
- Dependence on oil and gas and lack of economic diversification
- The scourge of corruption
- Ineffective policy and programme implementation, and poor service delivery
- The informal sector
- Slow progress towards gender equality and limited advancement of women
- Land policy reform
- The role of traditional rulers in governance
- The diaspora and remittances
- Social indiscipline, disorder and value reorientation

Special issues are those that are unique to Nigeria. They include the Lagos megalopolis and the economics of the Nigerian film industry (Nollywood).

6. CONCLUSION

Key strengths and challenges

Strengths

Population, manpower and human resources

- 6.1 With the largest population in Africa, Nigeria has a large pool of trained manpower capable of governing well and managing the economy efficiently.

Natural resource base

- 6.2 Nigeria is the largest oil producer in Africa and the seventh-largest in the world. This stock of natural resources, along with its fertile soil and pleasant climate, gives the country the potential to build a prosperous economy, reduce poverty significantly, and provide the basic social and economic services that its population needs.

Nigeria, a regional and global powerhouse

- 6.3 Nigeria is one of Africa's giants and a force to contend with globally. It features regularly as a leading performer in the West African region and on the African continent, particularly in the cultural, economic, social and financial arena.

Challenges

The paradox of poverty in the midst of plenty

- 6.4 The greatest challenge facing Nigeria is how to channel wealth from the oil and gas industry so as to achieve socioeconomic development. Nigeria hosts the third-largest concentration of poor people in the world, and is among the top 20 countries in the world with the widest gap between the rich and the poor.

Corruption and money laundering

- 6.5 Corruption – both political and economic – is the main reason for poverty in Nigeria. Corruption has retarded economic growth and development, and has frustrated incentives to align budgetary allocations with development priorities.

Dependency on oil and conflicts over resources

- 6.6 Overreliance on oil and, by extension, dependency on the central government – accompanied by struggles for resources such as those in the Niger Delta – pose challenges to the federation.

Ineffective implementation of policies and laws

- 6.7 Ineffective implementation of policies and laws, and policy reversals, poses serious challenges to governance.

Value reorientation, attitudinal issues and impunity

- 6.8 Nigeria faces the challenge of reversing the values and attitudes that are a legacy of its military history.

Future prospects for Nigeria

- 6.9 By virtue of its population size, ethnic diversity, resource endowment, the 'can-do' spirit of its people, its relatively substantial intellectual capital and the proven positive role that it has

played, and still plays, in critical Pan- African initiatives such as conflict resolution and peacebuilding, Nigeria has the potential to occupy a leading position on the continent and even in the world. However, to achieve this and its own declared objective to become one of the 20 emerging economies by 2020, Nigeria needs visionary and transformative leadership at all levels of society. It needs leaders who are committed and willing to sacrifice personal aggrandisement for the collective good.